



20 DE JUNHO DE 2018 Quarta-feira

- ICEI - ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL
- CONSUMO DE BENS INDUSTRIAIS NO PAÍS CRESCE 1,2% EM ABRIL ANTE MARÇO, DIZ IPEA
- MDIC E CNI LANÇAM PUBLICAÇÃO PARA O SETOR INDUSTRIAL SOBRE COMPROMISSOS CLIMÁTICOS E SEUS IMPACTOS NA COMPETITIVIDADE
- PORTOS TÊM MENOR INVESTIMENTO EM 14 ANOS, MOSTRA ESTUDO DA CNI
- JUSTIÇA DO TRABALHO NA BAHIA LIBERA COBRANÇA DE IMPOSTO SINDICAL PARA 12 EMPRESAS
- EXTENSÃO DE PRAZO PARA CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO ENTRE EMPRESAS É APROVADA NA CAE
- ARTIGO: A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE FIM
- UM NOVO DESAFIO DO SPED VEM AÍ: SUBSTITUIR A DIRF
- ANBIMA REDUZ PROJEÇÃO DE PIB DE 2018 DE 2,4% PARA 1,6%
- COPOM SE REÚNE NESTA QUARTA PARA DEFINIR TAXA DE JUROS; MERCADO PREVÊ MANUTENÇÃO DA SELIC EM 6,5%
- BRASIL PRECISA SER CUIDADOSO NO ATUAL CENÁRIO EXTERNO', DIZ ECONOMISTA
- TROCA DE PODER APÓS 36 ANOS GERA ACUSAÇÕES EM CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO
- PLANO PARA REDUÇÃO DE TARIFA DE LUZ ABRE DISPUTA ENTRE MINISTÉRIOS
- SETOR BANCÁRIO DISPARA E BOLSA RECUPERA PATAMAR DE 70 MIL PONTOS
- BOVESPA OPERA EM ALTA COM AJUSTE E ALÍVIO NO CENÁRIO EXTERNO
- ANTT ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA DISCUTIR TABELA DE PREÇOS MÍNIMOS DO FRETE
- ETANOL: SENADO APROVA PROJETO QUE AUTORIZA VENDA DIRETA DE USINAS PARA POSTOS

- QUEM APREGOA LIVRE MERCADO DEVE EXERCITÁ-LO, DIZ SINDACÚCAR
- BIODIESEL FICA MAIS CARO E DIFICULTA REDUÇÃO DO PREÇO DO DIESEL NA BOMBA
- GASOLINA CAI NAS REFINARIAS E SOBE NAS BOMBAS DOS POSTOS
- VOLKS E FORD ANUNCIAM PARCERIA PARA CRIAR LINHA GLOBAL DE VEÍCULOS COMERCIAIS
- NISSAN ELEVA USO DE AÇO ULTRARRESISTENTE EM SEUS CARROS
- CPFL ESTUDA INVESTIDA NO MERCADO DE ELETROMOBILIDADE
- CARRO ELÉTRICO TEM BAIXO IMPACTO NO CONSUMO DE ENERGIA NO BRASIL
- HYUNDAI TROCA PRESIDENTE NO BRASIL E CRIA DIVISÕES GLOBAIS
- COMPRA E VENDA DE AÇO PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO CAEM 3% EM MAIO, DIZ INDA
- REDE DE AÇOS PLANOS PERDE FÔLEGO E DEMONSTRA FRAGILIDADE DA INDÚSTRIA
- ARCELORMITTAL ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 107 MI PARA AMPLIAR PRODUÇÃO DE AÇO PARA PNEUS EM MG
- COBRE OPERA EM BAIXA, AMPLIANDO PERDAS RECENTES COM TENSÃO COMERCIAL

CÂMBIO EM 20/06/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,735	3,736
Euro	4,329	4,331

Fonte: BACEN

ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial

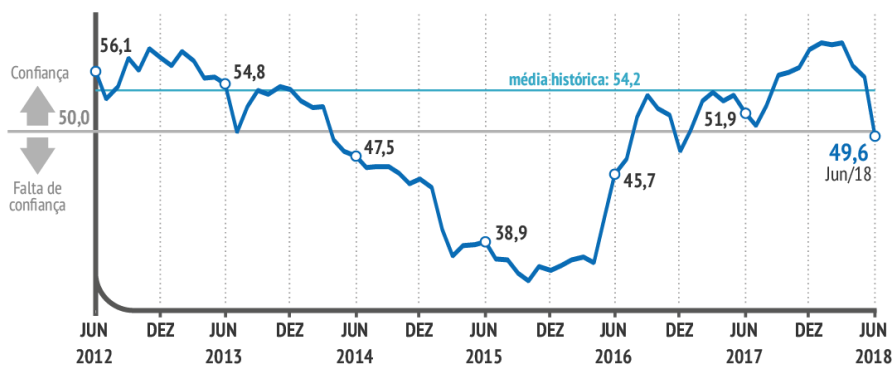
20/06/2018 – Fonte: CNI

Empresário da indústria perde confiança

O Índice de Confiança do Empresário industrial (ICEI) registra 49,6 pontos em junho, ligeiramente inferior à linha divisória de 50 pontos (valores abaixo de 50 pontos significam que os empresários não estão confiantes). Desde janeiro de 2017 o índice mantinha-se acima dos 50 pontos.

Junho/2018

Série histórica
Índice (0 a 100 pontos)*



*Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

Consumo de bens industriais no país cresce 1,2% em abril ante março, diz Ipea

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

A demanda doméstica por bens industriais cresceu na passagem de março para abril, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais apontou alta de 1,2% no período. No trimestre móvel encerrado em abril, porém, houve queda de 1,4%.

“Em relação ao trimestre terminado em janeiro, nós partimos de uma base de comparação elevada, em função do ótimo resultado de dezembro de 2017 (2%). Além disso, a forte queda em fevereiro (-2,3% ante janeiro) também contribuiu negativamente. Desse modo, as altas nos meses de março e abril não foram suficientes para salvar a média do trimestre”, justificou Leonardo Mello de Carvalho, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, em nota oficial.

Os dois componentes do consumo aparente apresentaram resultado positivo na passagem de março para abril. A produção doméstica excluídas as exportações avançou 1,3%, enquanto as importações de bens industriais subiram 2,6%.

Entre as grandes categorias econômicas, os destaques foram os bens de capital, com alta de 2,9%, e bens intermediários, com elevação de 0,5%. Houve recuos em bens de consumo duráveis (-0,2%) e bens de consumo semi e não-duráveis (-1,7%).

Em relação a abril de 2017, todos os segmentos avançaram em abril deste ano. O consumo de bens industriais saltou 11,0%.

A produção doméstica sem as exportações cresceu 8,0%, e as importações de bens industriais aumentaram 25,3%. Nessa comparação interanual, o forte crescimento foi impulsionado pela ocorrência de três dias úteis a mais em abril de 2018 em relação ao mesmo mês do ano passado, lembrou o Ipea.

MDIC e CNI lançam publicação para o setor industrial sobre compromissos climáticos e seus impactos na competitividade

20/06/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 19-06-2018)

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançaram, nesta terça-feira, em reunião da Rede Clima da Indústria da CNI, a publicação “Mudança do Clima e Indústria Brasileira: iniciativas e recomendações estratégicas para a implementação e financiamento da NDC do Brasil”. NDC são as contribuições nacionalmente determinadas, do original em inglês “Nationally Determined Contributions”, e representam os compromissos assumidos pelo Brasil em um acordo mundial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

A publicação avalia os principais resultados e realizações de quase uma década de Política Nacional de Mudança do Clima e, em especial, do Plano Setorial da Indústria, elaborado e implementado pelo MDIC.

Além disso, a partir do diagnóstico atualizado das oportunidades e desafios para a competitividade da indústria brasileira, propõe recomendações para a nova fase que se inicia com o advento do Acordo de Paris.



O livro faz um retrospecto de iniciativas da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIIn) por meio da qual o MDIC identificou diversas oportunidades de crescimento de baixo carbono que contribuem para os esforços internacionais de combate às mudanças climáticas. Segmentos da indústria nacional como cimento, siderurgia, alumínio e químicos apresentam emissões por unidade de produto entre as menores do mundo. Isso representa oportunidades para a indústria brasileira e significa que a maior participação de produtos industriais do Brasil nas cadeias globais de valor contribuirá para a redução das emissões ao longo do ciclo de vida dos produtos no Brasil e no exterior.

Como demonstram os dados do Inventário Nacional de Emissões, a indústria não é a principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa no país. Em 2010, as emissões do setor industrial responderam por cerca de 7% das emissões brasileiras, bem abaixo da média de 21% de participação do setor nas emissões globais segundo dados da Agência de Proteção ao Meio Ambiente dos Estados Unidos. Além disso, a tendência é positiva: entre 2000 e 2014, as emissões por unidade de PIB industrial reduziram 11%, ou seja, a indústria produziu mais com menos emissões.

A publicação apresenta ainda recomendações para o Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono (CTIBC), que substituirá a CTPIIn, e que foi estabelecido pelo MDIC como fórum de debate, articulação e governança conjunta de órgãos de governo e representantes da indústria em nível setorial, nacional e estadual para ampliar o alcance e efetividade das medidas de política industrial de baixo carbono. A diretora de Competitividade Industrial do MDIC, Andrea Macera, representou o MDIC no lançamento do livro e destacou que a indústria é parceira fundamental do governo nesse processo de construção de uma economia de baixo carbono, baseada no desenvolvimento industrial sustentável.

Acordo de Paris

O Acordo de Paris é um acordo mundial sobre as alterações climáticas com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

A NDC do Brasil comprometeu-se a reduzir, em 2025, as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Para isso, o país se comprometeu a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até

2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030.

Portos têm menor investimento em 14 anos, mostra estudo da CNI

20/06/2018 – Fonte: G1

No ano passado, foram investidos apenas R\$ 175 milhões de um total previsto de R\$ 660 milhões.



O investimento nos portos brasileiros atingiu o patamar mais baixo em 14 anos. No ano passado, foram investidos apenas R\$ 175 milhões de um total previsto de R\$ 660 milhões.

Os dados integram um levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e levam em conta os investimentos aplicados nas Companhias das Docas.

O estudo faz parte de um documento elaborado pela entidade com 43 temas que será entregue para os candidatos a presidente.

"Há uma incapacidade gerencial e normalmente as docas estão embaixo de um apadrinhamento político", diz o gerente de infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso.

As Companhias das Docas têm um papel fundamental na qualidade dos portos brasileiros. São elas, por exemplos, responsáveis pela manutenção do acesso terrestre aos terminais.

Na avaliação do professor da Fundação Dom Cabral Paulo Resende, as docas são apenas um dos entraves do sistema portuário brasileiro. Ele aponta gargalos como a grande concentração do uso do porto de Santos para a exportação e o atraso tecnológico, sobretudo nos portos públicos.

"Nos portos públicos, o atraso tecnológico é de no mínimo 15 anos quando comparado com outros países", diz Resende. "A tecnologia nos grandes portos é um dos fatores importantes para a competitividade porque aumenta a eficiência e reduz a burocracia."

As Companhias das Docas têm um papel fundamental na qualidade dos portos brasileiros. São elas, por exemplos, responsáveis pela manutenção do acesso terrestre aos terminais.

Na avaliação do professor da Fundação Dom Cabral Paulo Resende, as docas são apenas um dos entraves do sistema portuário brasileiro. Ele aponta gargalos como a grande concentração do uso do porto de Santos para a exportação e o atraso tecnológico, sobretudo nos portos públicos.

"Nos portos públicos, o atraso tecnológico é de no mínimo 15 anos quando comparado com outros países", diz Resende. "A tecnologia nos grandes portos é um dos fatores importantes para a competitividade porque aumenta a eficiência e reduz a burocracia."

Na avaliação da CNI, a solução para a Companhia das Docas é a privatização. O Programa de Parceria de Investimento (PPI) do governo federal, já prevê, por exemplo, a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e de vários terminais.

"O modelo atual está nos afastando dos padrões mundiais de navegação", diz Cardoso.

Justiça do Trabalho na Bahia libera cobrança de imposto sindical para 12 empresas

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região deliberou que 12 empresas da Bahia descontem o valor do imposto sindical e repassem ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Feira de Santana. A reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro, acabou com a obrigatoriedade do desconto.

A decisão, do relator Renato Mário Simões, definiu que o desconto ser aplicado independentemente da autorização do empregado e a partir da folha de março deste ano. Em caso de descumprimento, a multa vai de R\$ 500 a R\$ 15 mil.

Em um mandado de segurança, o sindicato havia pedido que, caso a Justiça não liberasse o desconto do imposto, deveria permitir o então o recolhimento de 60% da remuneração diária.

A entidade defende que a reforma trabalhista não poderia ter alterado o desconto do imposto, como era previsto anteriormente na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por se tratar de um tributo e, para tal, seria necessária uma mudança na Constituição Federal.

Para o desembargador que relatou o caso, esse tipo de mudança não poderia ter sido feita por lei complementar.

Extensão de prazo para contratos de terceirização entre empresas é aprovada na CAE

20/06/2018 – Fonte: Contábeis.com

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, nesta terça-feira (19), projeto que aumenta o tempo limite para os contratos de prestação de serviços entre empresas - a terceirização.



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, nesta terça-feira (19), projeto que aumenta o tempo limite para os contratos de prestação de serviços entre empresas - a terceirização. O [PLC 195/2015](#) segue para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Atualmente, o Código Civil prevê que o contrato de prestação de serviços não pode ter duração superior a quatro anos. Após esse prazo, o contrato é encerrado, ainda que seja para a execução de uma obra, por exemplo. Nesse caso, ainda que a obra não

esteja concluída, o contrato termina quando o limite de tempo é atingido. O projeto cria no texto do código uma exceção ao prever que o contrato pode exceder esse tempo, se for firmado entre empresas e tiver função econômica relacionada com a exploração de atividade empresarial. Nesse caso, não haverá limite de duração.

De acordo com o autor do texto, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), a limitação temporal atualmente existente é inspirada no Código Civil Português de 1867, quando o contratado para prestar serviços era usualmente pessoa física. A intenção era evitar a servidão humana, preocupação que não se justificaria atualmente.

Para o relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), os contratos de longo prazo são benéficos para a economia, já que trazem segurança jurídica e estimulam o investimento, tanto físico como em capital humano. Ele ressaltou que o texto somente permite a elaboração de contratos de longo prazo para empresas e mantém o limite para pessoas físicas.

O parlamentar frisou ainda que a lei não obrigará, somente permitirá que sejam firmados contratos de longo prazo. Nos setores ou situações onde contratos de menor prazo atendem melhor às demandas de ambos os lados, eles poderão continuar sendo celebrados.

O relatório aprovado recomenda a rejeição de outros quatro projetos analisados em conjunto com o [PLC 195/2015](#), que também tratam de terceirização ([PLS 87/2010](#), [PLS 447/2011](#), [PLC 30/2015](#) e [PLS 339/2016](#)). De acordo com Ferraço, eles perderam o objeto porque tratam de mudanças que já foram feitas pelo Congresso Nacional em 2017, com a Lei da Terceirização e a [Reforma Trabalhista](#).

Artigo: A terceirização da atividade fim

20/06/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 19-06-2018)

A indefinição da legislação brasileira sobre o assunto atrapalha o ambiente de negócios, em comparação com outros países



Há quem se manifeste afirmando que a terceirização das atividades secundárias e até primárias – funções ligadas a atividade principal de uma empresa ocorreram e ocorrem de modo tardio, pois em países nórdicos, por exemplo, onde a regulamentação do trabalho é rígida e estruturada, atividades secundárias e até mesmo aquelas que já nasceram terceirizadas, frutos de avanço tecnológico como a implementação e a manutenção de sistemas de informática, já haviam sido instaladas e flexibilizadas nas décadas de 1950 e 1960, conforme cita o economista Cláudio Dedecca, especialista em mercado de trabalho pela Unicamp.

Para este, o processo de flexibilização de atividades já ocorre há muito tempo, porém sem a devida e necessária regulamentação por meio de projeto de lei, e enxerga e afirma que a extensão das atividades terceirizáveis abre uma porta enorme para uma redução dos direitos e para uma precarização do mercado de trabalho. Não que o mercado de trabalho brasileiro já não seja precário – mas essa lei poderá agravar a situação, observa. “Permitir a terceirização da mão de obra em atividades fins é o grande aspecto negativo da lei, difícil de não ser reconhecido”.

Flexibilização esta que atinge os Estados Unidos, onde empresas estão adotando o método *just in time scheduling*, sistema que é objeto de simpatia por parte dos empresários estadunidenses. Tal processo consiste em exigir do trabalhador um telefonema ou mensagem a cada manhã, antes do início do expediente, para que seja feito o questionamento ao seu chefe se a ida ao trabalho naquele dia se faz necessária: se for, irá receber pelo dia trabalho; se não, não receberá, obviamente.

Tal modelo faz parte de um desenho geral dos padrões das sociedades no mundo em que se deseja que os custos de um negócio sejam mantidos nos menores níveis, não sendo necessário o empregador gastar com funcionários que não sejam extremamente essenciais.

A terceirização é tendência internacional mesmo em países em diferentes fases de desenvolvimento e estruturas legais

Uma pesquisa recente, realizada nos Estados Unidos, demonstrou que 42% dos americanos ganham em média 15 dólares a hora trabalhada, sendo que este salário, sem garantias trabalhistas, não garante a um cidadão americano uma vida decente e satisfatória.

O economista Robert Reich, ex-secretário do trabalho do antigo presidente Bill Clinton, afirma que o trabalhador, ao fazer parte da folha de pagamento da empresa, entra nos custos fixos. Isso trazia a ele a segurança de saber quanto ganharia por ano, de que horas a que horas trabalharia e de poder se programar.

Além de não saber mais nada disso, o trabalhador americano continua a ter seus custos fixos: aluguel, financiamentos, escola do filho, plano de saúde, supermercado etc. Cita ainda que empresas como a Gap e a Target estão fazendo uso do *just in time scheduling*.

Em pesquisa realizada pela Deiloitte, marca estabelecida no Reino Unido com ramificações pelo mundo, chegou-se à conclusão que países não fazem distinção entre atividade meio e atividade fim para restringir a terceirização. Em levantamento inédito junto a CNI, demonstrou-se que tal critério é adotado apenas no Brasil num comparativo realizado frente a outros 17 países do cenário mundial.

A contratação de serviços por empresa interposta, sejam eles finais ou meios, é prática corriqueira no mundo. No entanto, tal prática tem esbarrado na falta de segurança jurídica ante uma regulamentação falha, bem como nos conceitos incertos de atividades fim e meio, para que seja possível definir quais atividades são aptas a se terceirizar por uma companhia.

Sylvia Lorena, gerente-executiva de relações do trabalho da CNI afirma que a "falta de definição nos conceitos de atividades fim e meio aumenta a distância entre o Brasil e os demais países, e conclui que a escolha de terceirizar deve pertencer a empresa, pois faz parte da estratégia de negócios".

O estudo realizado concluiu que a burocratização das regras impede o avanço econômico das empresas, que perdem mercado, e também do país, tendo em vista que se vive em um mundo globalizado onde as empresas competem com centros de terceirização de todo mundo. Também foi constatado que os países Alemanha, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Holanda, Hungria, Lituânia, Noruega, República Tcheca, Suécia, Peru, Costa Rica, Colômbia, Japão, China e Austrália partilham de critérios comuns entre ambos, sendo a terceirização aceita de modo geral sem restrições e proibições entre atividades meio e fim, não existindo legislação específica sobre o tema. Aplica-se a legislação civil como reconhecimento expresso do contrato de prestação de serviços e, em quase todos, a diferença entre terceirização e intermediação de mão de obra.

Demonstra-se pela amostragem que a terceirização é tendência internacional, mesmo em países de diferentes fases de desenvolvimento e de estruturas legais, pois em qualquer dos citados não há proibição da terceirização seja em atividades meio ou fim. Na realidade não se deve impedir este modelo, mas sim focar no cumprimento das leis do trabalho de modo que tanto trabalhadores e empregadores se sintam seguros em estabelecer este tipo de contratação.

Ademais, com relação ao Brasil, é necessário alargar esse sistema para que o país também possa se alinhar com os demais no campo do crescimento econômico, ao permitir maior competitividade – visto que se compete frequentemente dentro das redes de produção –, além de estimular a atividade produtiva e o emprego a longo prazo, preservando renda para diversas famílias.

Para isso é fundamental a existência de regras claras e bem definidas dentro da lei, para não haver margens a interpretações erradas que possam prejudicar empregados e empregadores e também que garantam melhoras efetivas nos ambientes dos negócios brasileiros.

Leonardo William Domingues, advogado, com pós-graduação em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário pela Ematra, é bacharel em Direito pela PUCPR.

Um novo desafio do SPED vem aí: substituir a DIRF

20/06/2018 – Fonte: Contábeis.com

Uma das premissas do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, é a unificação de informações prestadas aos governos.



Uma das premissas do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, é a unificação de informações prestadas aos governos. Neste sentido, nós, operadores do sistema, viveremos um momento de avanço. A Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, estará com os dias contados a partir das informações prestadas no eSocial e na EFD-REINF, duas obrigações que estão no período de implantação.

Muitas são as críticas ao projeto da EFD-REINF e, especialmente ao eSocial, por alguns segmentos da sociedade. Muitas com bastante lucidez e justificativas. Outras tantas claramente no sentido de não alterar o status quo.: ou seja, não “mexa no meu queijo”. A intenção de proteger o retrabalho é salutar e bem-vinda, por óbvio. Mas projetos da magnitude do eSocial e da própria escrituração das Retenções e informações (REINF) não são possíveis com pouca disrupção, logo, com pouca alteração nas rotinas dos profissionais tributaristas.

As implementações destes dois projetos significarão melhorias muito importantes para o cenário previdenciário no seu controle pela sociedade. Assim, também será com a eliminação da DIRF (e suas falhas intrínsecas). Normal, afinal, quem proporia uma nova sistemática se fosse permanecer tudo igual?

Ocorre que as inovações estão sob olhares distantes dos projetos, via de regra.

Então como membro do projeto piloto do SPED, vou informar algumas diretrizes que julgo importante para tranquilizar e, também, trazer novos adeptos aos projetos – acredito que quem não o conhece, não o acolherá. Os eventos de retenções previdenciárias estão sendo implementados na EFD-REINF e eSocial a partir da competência maio/2018 (empresas maiores). Isso muitos já sabem.

Além disso, há também um cronograma de implementação da DCTFWeb. Para o segundo semestre de 2018 está previsto também o ingresso dos demais contribuintes (ou empregadores).

Isso tem sido divulgado sistematicamente. Em paralelo a esses atos planejados de entrada dos movimentos previdenciários estão também sendo discutidos – em minuta – os eventos que serão utilizados para as informações de retenções dos demais tributos na EFD-REINF (COFINS, PIS/PSAEP, CSLL e IRRF).

Então, muitos boatos seguem surgindo e desaparecendo. O fato é que ainda não há uma definição formal dos prazos de ingresso, até porque a minuta dos eventos não foi fechada. Também não há definição quanto ao paralelismo sobre DIRF, EFD-REINF e eSocial, por óbvio, se não há definição da minuta.

O que está definido é que temos um cronograma de discussão desta minuta (pelas empresas que assinaram o convênio de colaboração com o governo federal para a construção do ambiente SPED), e este, está sendo seguido. O evento R-2070 da EFD-REINF não estava adequado e não suportaria a eliminação da DIRF. Por isso, foi repensado e descartado. Teremos outra solução viável – sendo debatida em minuta (proposta) neste momento, mais robusta e completa e que atenderá várias situações anteriormente não contempladas.

Outra diretriz importante: é preciso pensar que neste momento o foco é a eliminação da DIRF (e suas falhas), de forma a permitir a prestação adequada das retenções dos tributos conforme seus regimes. Os planos da Receita Federal são mais ousados, até porque receber apenas as informações das retenções sofridas sem avaliar os demais pagamentos não permite o controle e a averiguação pretendida. Assim, a primeira versão deverá mesmo ser a básica, contendo os movimentos detalhados das retenções realizadas.

No futuro, para permitir os demais cruzamentos, certamente o escopo de informações seja alargado. Tudo a seu tempo, afinal, a estratégia de implantação por etapas no SPED foi e é um marco importante.

Neste momento a recomendação é: faça do seu projeto EFD-REINF e eSocial uma boa escola (gere aprendizado), pois muitas outras informações trilharão este caminho. Em breve serão anunciadas novidades pelos gestores públicos quanto às retenções. Tudo a seu tempo e de forma organizada. Deixe os boatos de lado e foque na melhoria dos processos atuais.

Anbima reduz projeção de PIB de 2018 de 2,4% para 1,6%

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

O Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) reduziu pela segunda reunião consecutiva sua estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2018, agora de 2,4% para 1,6%. No encontro anterior, em maio, a projeção já havia caído, de 3,0%.

Para o câmbio, a previsão para o fim deste ano foi elevada de R\$ 3,50 na reunião de maio para R\$ 3,63, o que, segundo a Anbima, corresponderia a desvalorização de 9,58% do real em 2018.

O grupo também alterou as previsões para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), elevando de 3,6% para 3,9%.

Em relação à taxa Selic, a expectativa é que permaneça no nível atual, de 6,5% até o fim do ano. Mas a Anbima nota que as projeções dos diferentes membros do Comitê variaram de 6,5% a 8,5%. A instituição afirma que a dispersão das projeções é "um reflexo da piora do balanço de riscos da economia a partir de maio".

O Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da Anbima é composto por 25 economistas de instituições associadas. Eles se reúnem a cada 45 dias em média, sempre na semana que antecede a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), para analisar a conjuntura econômica e traçar cenários para os mercados brasileiro e internacional.

As estimativas da Anbima foram divulgadas nesta terça-feira, 19, primeiro dia de reunião do Copom, que também se reunirá na quarta-feira, 20, para definir o nível da taxa básica de juros.

Copom se reúne nesta quarta para definir taxa de juros; mercado prevê manutenção da Selic em 6,5%

20/06/2018 – Fonte: G1 (publicado em 19-06-2018)

Taxa atual é a menor da série histórica e foi mantida em maio pelo Comitê de Política Monetária. Resultado será conhecido depois das 18h desta quarta-feira (19).

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) se reunirá nesta quarta-feira (20) para definir a taxa básica de juros, a Selic. A decisão será anunciada após as 18h.

A expectativa do mercado financeiro é que o Copom mantenha a Selic em 6,5% ao ano, taxa definida em março e mantida em maio.

A taxa é a menor da série histórica e chegou a este patamar após 12 cortes seguidos.

De acordo com o relatório Focus, divulgado nessa segunda (18) pelo Banco Central, a expectativa das instituições financeiras é que a taxa Selic permaneça em 6,5% até o fim do ano.

A definição da taxa de juros pelo BC tem como foco o cumprimento da meta de inflação, fixada todos os anos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para 2018, a meta central de inflação é de 4,5%. O sistema prevê uma margem de tolerância, para mais e para menos. Por isso, a meta é considerada formalmente cumprida pelo Banco Central caso fique entre 3% e 6%.

Normalmente, quando a inflação está alta, o Copom eleva a Selic. Com o aumento da taxa, também sobem os juros cobrados pelos bancos, encarecendo o crédito para as famílias e empresas.

O objetivo da medida é frear o consumo e, conseqüentemente, a inflação. Por outro lado, isso pode desestimular a economia.

Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas predeterminadas pelo Conselho Monetário, o BC tende a reduzir os juros.

A taxa é mantida quando o Copom identifica o cenário como positivo, mas identifica riscos para o cumprimento da meta de inflação no futuro.

Turbulências

A reunião do Copom acontece em meio a um período de alta volatilidade dos mercados financeiros, o que tem impactado na cotação das moedas ao redor do mundo. Nesta terça-feira, o dólar fechou em alta, a R\$ 3,73.

A turbulência nos mercados tem sido fortemente influenciada pelo cenário externo, com a intensificação da guerra comercial entre China e Estados Unidos e pelas expectativas em torno do aumento dos juros no país norte-americano. Nesse período, o real tem sofrido forte desvalorização.

Neste contexto, chegou-se a especular um aumento dos juros para conter a disparada do dólar. No entanto, o Banco Central tem reiterado que a política monetária é separada da política de câmbio e que a Selic não será usada para conter a desvalorização do real.

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, tem afirmado que a definição da taxa de juros observa os efeitos secundários do choque externo. Isto é, o impacto do aumento do dólar nos preços domésticos e, conseqüentemente, no risco que isso representa para o cumprimento da meta de inflação.

Brasil precisa ser cuidadoso no atual cenário externo', diz economista

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

O economista Mohamed El-Erian, guru dos mercados financeiros internacionais, acredita que os países emergentes terão de navegar, agora, em meio à gradual reversão de um período prolongado de ampla liquidez global. E neste contexto, destaca que o Brasil precisa ser particularmente cuidadoso.

“É uma situação que tem a possibilidade de se tornar mais difícil se as condições políticas internas contaminarem a gestão da economia e das finanças”, afirmou o atual chefe da assessoria econômica da Allianz e ex-presidente da Pimco em entrevista exclusiva ao jornal O Estado de S. Paulo e ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado). A seguir, os principais trechos da entrevista.

EUA e China já estão em uma guerra comercial?

Obviamente, este é um momento incerto para as relações comerciais entre EUA e China. A busca legítima pelos EUA de um comércio mais justo, particularmente com menores barreiras não-tarifárias e menor roubo de propriedade intelectual, está sendo feita através de um modo incomum de confronto. Desta forma, existe o risco de que a adoção de tarifas (de um País) contra tarifas (de outra nação) possa levar a uma mais ampla guerra comercial que minará o crescimento global. Suspeito que um desdobramento ruim provavelmente será evitado e que as negociações em boa fé nos levarão a um comércio livre e mais justo.

Qual sua avaliação sobre a reunião do banco central americano na semana passada?

A questão que mais chamou atenção na reunião do Fed não foi tanto a mudança na linguagem de “forward guidance”, o aumento de juros de 0,25 ponto porcentual e a reafirmação da redução do balanço do Fed, mas sim a alteração no sinal do “gráfico de pontos”. Mudou a avaliação da maioria dos membros do Federal Reserve de que o número de altas de juros apropriadas subiu de 3 para 4 em 2018. Suspeito que o Fed subirá os juros mais uma vez neste ano, para um total de 3 aumentos, e provavelmente adotará 2 altas em 2019.

Qual é a tendência internacional do dólar até o final de 2018?

A apreciação adicional do dólar em termos mundiais é provável, pois está relacionada com as políticas e diferenças de juros. O interessante é que a probabilidade da valorização global do dólar poderá persistir até mesmo se a economia global entrar numa guerra comercial. Em comparação a outros países avançados, os EUA são

relativamente "fechados" na terminologia de comércio internacional, o que é um reflexo do tamanho, diversidade e endógeno empreendedorismo da sua economia doméstica.

Quais são os impactos para mercados emergentes?

Depois de um prolongado período de ampla liquidez global, as economias emergentes agora têm que navegar em meio a uma gradual reversão dessa maré. E da mesma forma que ocorre uma reação exagerada de alta de preços nestas economias em períodos de ingressos de capitais, incluindo para moedas, há também uma reação exagerada de redução de preços quando há saídas de recursos internacionais.

A categoria de ativos de mercados emergentes é estruturalmente vulnerável para tais movimentos. E isso ocorre porque recursos de fundos que eu chamo de "dólares turistas" superam muito os capitais dedicados que entendem bem esta classe de ativos e estão melhor posicionados para navegar a inevitável volatilidade.

Ou, de outra forma, quando comparado a residentes, os turistas são propensos a reagir de forma excessiva para fatos não antecipados mesmo quando são temporários e reversíveis. Esse é um ambiente que pode expor as internas vulnerabilidades de alguns países emergentes. Isto pode levar ao emprego ineficiente de grande ingresso de capitais que podem gerar o descasamento de moedas em balanços de empresas, vulnerável maturação do perfil de dívidas, grandes déficits gêmeos e proteção insuficiente de reservas internacionais. Basta olhar para o que ocorreu com a Argentina e Turquia para ter uma noção sobre esta questão.

Como o senhor avalia o caso específico do Brasil no curto prazo?

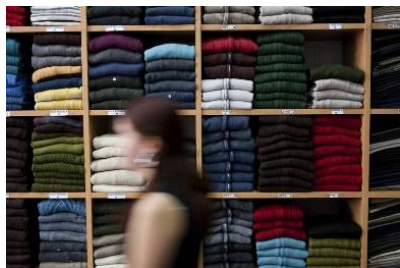
Tudo isto foi afirmado para dizer que o Brasil precisa estar particularmente cuidadoso ao navegar no atual contexto internacional mais fluido e com maiores desafios. É uma situação que tem a possibilidade de se tornar mais difícil se as condições políticas internas contaminarem a gestão da economia e das finanças. Felizmente, autoridades do governo, incluindo no Banco Central, têm grande experiência e conhecimento.

Troca de poder após 36 anos gera acusações em confederação do comércio

20/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Candidato da oposição diz multa do TCU por nepotismo é 'mácula' do nome da situação

Os dois grupos que devem se enfrentar nas eleições da CNC (Confederação Nacional do Comércio) trocam acusações. Depois de 36 anos de liderança de Antonio Santos, a entidade, cuja receita prevista para este ano é de R\$ 12 bilhões, terá no dia 27 de setembro uma eleição disputada por mais de uma chapa.



Movimentação de consumidores em loja no Bom Retiro, em São Paulo. - Rafael Hupsel/Folhapress

O grupo de oposição definiu que será representado por Adelmir Santana, da Fecomércio-DF. Já é o segundo nome que a corrente testa, depois da tentativa com o deputado federal Laércio Oliveira (PP-SE), do Sergipe.

"Eu havia sido escolhido em janeiro e fiz enfrentamentos na diretoria sozinho. Isso me trouxe desgaste na CNC, e o grupo achou que, se trocássemos o nome, talvez nós nos fortalecêssemos", diz Oliveira.

A corrente tem cerca de 5 dos 28 votos, afirma o candidato Adelmir Santana.

"Estou na luta para explicar que não se pode continuar com essa forma de gerir as coisas", afirma. O opositor diz que o nome da situação, José Roberto Tadros, tem uma "mácula": uma multa do TCU por nepotismo.

Quando Tadros era do conselho do Sebrae-AM, seu filho tinha cargo na entidade. Ele diz que vai recorrer e que o tribunal não entende o funcionamento do Sebrae.

Tadros diz que seu concorrente também elegeu o presidente atual: "O Adelmir está na entidade há 20 anos. Se esse grupo está à frente da CNC por 36 anos, foi com o voto dele".

Ele não nega a sintonia com o incumbente, mas diz ser independente. "Tenho carreira sindical e sou formado em direito, não sou vassalo de ninguém."

Plano para redução de tarifa de luz abre disputa entre ministérios

20/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ministério de Minas e Energia e das Cidades discordam sobre corte nos subsídios

Um plano do Ministério de Minas e Energia para reduzir as contas de luz por meio do corte de subsídios embutidos nas tarifas de energia tem enfrentado resistência de alguns setores antes beneficiados pelas políticas de incentivo e também dentro do governo, um sintoma da disputa por verbas públicas em um ambiente de déficit fiscal.

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo abastecido por um encargo tarifário, irá consumir R\$ 18,8 bilhões neste ano para custear políticas que incluem descontos para clientes de baixa renda.



Torres de transmissão de energia elétrica em São José dos Campos - Lucas Lacaz Ruiz/Folhapress

Também serão beneficiadas empresas de serviços públicos de água, esgoto e saneamento e consumidores rurais que usam serviços de irrigação, entre outros.

Para reduzir essa conta, que tem crescido nos últimos anos, técnicos da pasta de Minas e Energia sugeriram medidas que incluiriam um corte gradual nos benefícios.

Esses cortes atingiriam os consumidores rurais e do setor de água e saneamento, além de uma redução no universo de famílias que podem ter acesso à chamada "tarifa social", uma taxa mais barata para famílias com menor renda.

Mas as propostas sofreram críticas em uma consulta pública realizada pela pasta, que incluíram até questionamentos do Ministério das Cidades, que defendeu a manutenção de um desconto de 15% nas tarifas concedido às empresas de água e esgoto.

A pasta de Minas e Energia quer reduzir em 20% ao ano o benefício do segmento, que custou R\$ 694,3 milhões em 2016.

Setor bancário dispara e Bolsa recupera patamar de 70 mil pontos

20/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 19-06-2018)

Dólar fecha perto da estabilidade, a R\$ 3,745, mesmo sem ação do Banco Central

A Bolsa brasileira ignorou as perdas registradas nos mercados acionários ao redor do mundo com a guerra comercial entre Estados Unidos e China e avançou mais de 2% nesta terça-feira, recuperando o patamar de 70 mil pontos apenas um dia após perdê-lo.

O desempenho positivo foi reflexo da disparada das ações dos bancos, que vinham sofrendo desde maio.

O Ibovespa avançou 2,26%, a 71.394 pontos. No pregão anterior, o índice havia recuado para abaixo dos 70 mil pontos pela primeira vez desde agosto do ano passado. O setor financeiro acumula perdas na Bolsa desde que o Copom (Comitê de Política Monetária) decidiu manter a taxa básica de juros da economia em 6,5% ao ano, na reunião de 16 de maio, surpreendendo o mercado financeiro.

Nesta quarta-feira, após o fechamento do mercado, haverá nova decisão sobre a Selic. Economistas ouvidos pela agência Bloomberg esperam a manutenção da taxa.

Uma semana depois, a paralisação dos caminhoneiros adicionou pressão aos papéis do segmento, que deve sofrer com a desaceleração da economia e a menor demanda por crédito.

Os papéis preferenciais do Bradesco avançaram 5,17%, a R\$ 26,20, enquanto os do Itaú ganharam 4,51%, para R\$ 39,40. Banco do Brasil

As ações do Bradesco haviam caído em nove dos 10 pregões anteriores, acumulando perdas de mais de 17%, enquanto Itaú fechou no vermelho em oito dessas sessões, com queda acumulada de quase 16%.

A alta desta terça, no entanto, não reflete mudanças nas perspectivas de investidores para o país, apenas um movimento técnico do mercado financeiro de recomprar ações.

O dólar fechou perto da estabilidade, a R\$ 3,7450. Nesta terça-feira, no entanto, o Banco Central não fez nenhuma intervenção adicional no mercado para conter a volatilidade da moeda. Na semana passada, a autoridade monetária afirmou que poderia colocar US\$ 10 bilhões em contratos de swap (equivalente à venda futura de dólar) no mercado.

Bovespa opera em alta com ajuste e alívio no cenário externo

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

Na véspera, o Ibovespa subiu 2,26%, aos 71.394 pontos.

O principal índice de ações da bolsa (B3) opera em alta nesta quarta-feira (20), em um movimento de recuperação após fortes perdas recentes e que ganhou respaldo da diminuição da aversão ao risco no exterior.

O índice segue o movimento da véspera, quando o Ibovespa subiu mais de 2%, em um movimento de correção após ter caído por quatro sessões seguidas.

Às 10h22, o Ibovespa subia 1,58%, aos 72.519 pontos. **Veja mais cotações.**
Na véspera, o Ibovespa subiu 2,26%, aos 71.394 pontos, puxado pelo setor bancário e Petrobras, enquanto as tensões globais entre Estados Unidos e China pressionaram a Vale.

ANTT abre consulta pública para discutir tabela de preços mínimos do frete

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

Embora as discussões ainda estejam em curso e o impasse continue em torno do tabelamento do frete rodoviário, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) decidiu abrir um processo de consulta pública para discutir a elaboração de uma nova tabela com preços mínimos para o serviço no País.

O aviso está publicado no Diário Oficial da União (DOU) e a consulta se dará na forma de “tomada de subsídio” para o aprimoramento da metodologia e os parâmetros que deverão ser adotados na tabela, prevista na Medida Provisória 832/2018, que instituiu a Política de Preços Mínimos de Frete, dentro do acordo firmado com caminhoneiros para pôr fim à greve de 11 dias realizada pela categoria em maio.

O período para envio das contribuições começa nesta quarta-feira, 20, e segue até o dia 3 de agosto. Todas as informações da consulta estarão disponíveis no site da agência.

Histórico

A ANTT divulgou uma tabela com preços mínimos no dia 30 de maio, como prevê a MP 832. No entanto, o documento gerou muita polêmica e desagradou o setor produtivo, que alegou aumentos de até 150% nos preços do frete e ameaçou até ir à Justiça para barrar o tabelamento.

Com a pressão empresarial, o governo foi obrigado a recuar e decidiu revisar os preços fixados. Uma nova tabela, então, foi publicada na noite do dia 7 de junho, mas terminou sendo revogada horas depois, por, desta vez, contrariar os caminhoneiros. Para eles, a tabela revisada trouxe um corte médio de 20% nos preços.

Desde então, uma terceira versão dos preços está em discussão entre governo e caminhoneiros e poderá ser elaborada em substituição à primeira tabela, a do dia 30 de maio, que segue em vigor.

Hoje, o tabelamento do frete é o tema de uma reunião marcada pelo ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal (STF) com a Associação do Transporte Rodoviário de Cargas do Brasil (ATR Brasil), Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral da República, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a própria ANTT.

O ministro quer ouvir as partes antes de decidir sobre ações que chegaram ao Supremo sobre a questão.

Etanol: Senado aprova projeto que autoriza venda direta de usinas para postos

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira, 19, o projeto de decreto legislativo que autoriza a venda direta de etanol hidratado de usinas para os postos. Apesar da tentativa de alguns líderes de adiar a votação, os senadores aprovaram a matéria por 47 votos a 2. O texto segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.

O projeto foi apresentado pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) após a paralisação dos caminhoneiros contra a alta no preço dos combustíveis. Na semana passada, um

requerimento de urgência foi assinado pela maioria dos líderes da Casa, o que fez com que a matéria fosse levada diretamente ao plenário.

Nesta terça-feira, no entanto, o líder do DEM na Casa, senador Ronaldo Caiado (GO), chegou a sugerir que fosse retirada a urgência do projeto para que se realizasse uma audiência pública para discutir melhor o tema. O adiamento tinha apoio da líder do MDB, senadora Simone Tebet (MT). O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), no entanto, manteve a matéria na pauta.

Atualmente, os produtores não estão autorizados a vender o combustível diretamente aos postos por restrições da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Durante a greve dos caminhoneiros, a agência chegou a autorizar emergencialmente a venda direta das usinas para os postos, mas a medida foi revogada quando a situação se normalizou. O projeto aprovado derruba artigo da Resolução 43/2009, da ANP, que só permite ao fornecedor comercializar o etanol com outro fornecedor cadastrado na agência, com um distribuidor autorizado ou com o mercado externo.

A proposta dividiu o setor de etanol. A União Nacional da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) se posicionou contra a liberação de comércio direto entre produtores e postos de combustíveis. Já a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), que reúne os agricultores e tem forte influência no Nordeste, se manifestou favorável ao projeto.

Os que são contra a proposta alegam que a venda direta criaria dificuldades para a tributação e a fiscalização do produto. Otto Alencar, por sua vez, afirma que a medida irá beneficiar o livre comércio, pois o produtor não precisará de uma distribuidora para vender o etanol, o que, na sua opinião, vai baratear o preço para o consumidor. "Nós queremos mexer em um oligopólio grande, que ganha dinheiro fácil", afirmou.

Apesar de ter articulado a adiamento da votação, Simone Tebet afirmou que é favorável à venda direta, mas com regras claras que garantam segurança jurídica para todos os atores envolvidos na cadeia produtiva. "Apenas a simples sustação da resolução não torna viável a proposta, muito menos a redução de preço na bomba ao consumidor", disse.

Quem apregoa livre mercado deve exercitá-lo, diz Sindaçúcar

20/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Senado aprovou a venda direta do etanol das refinarias para os postos na noite de terça

Uma das lideranças na proposta de mudança no modelo de venda de etanol no Brasil, o presidente do Sindaçúcar-PE (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco), Renato Cunha, defende que ela dá mais opções ao consumidor.

Cunha afirma que o modelo atual, que garante exclusividade às distribuidoras de combustíveis, é excludente e gera ineficiências. E que acredita que a revisão ocorrerá "mais dia, menos dia", já que o tema é objeto de outros projetos no Congresso —na Câmara, o deputado Mendonça Filho (DEM-PE) tenta alterar as regras de venda de etanol.



Senado aprova a venda direta do etanol das refinarias para os postos de gasolina - Adriano Vizoni/Folhapress

Cunha argumenta que a nota fiscal eletrônica impede a sonegação de tributos e que a qualidade do combustível é garantida pelas usinas. "Só é contra quem tem temor perder lugar na cadeia [de suprimento]", disse à **Folha** nesta terça (19), momentos antes da [votação do projeto no Senado](#).

O sr. acha que terá apoio político para aprovar a venda direta?

É inevitável. Outros parlamentares têm projetos semelhantes. Mais dia, menos dia, a sistemática que permite aos postos adquirirem produtos de outra fonte vai se tornar realidade. Hoje, é exclusividade da distribuidora. Nossa proposta não é excludente, ela só vai criar uma nova opção. O modelo atual não tem mais sentido, principalmente com o código do consumidor, com a nota fiscal eletrônica. Ficou ultrapassado.

O benefício não seria só localizado, para consumidores que estão perto das usinas?

Não tem nada de localizado. O maior produto do etanol é o hidratado, é o que vende mais. E o posto que está perto da usina não pode ter essa alternativa? Só é contra quem tem o temor de perder lugar na cadeia [de suprimento]. É preciso ser muito ineficiente, com toda a estrutura que as distribuidoras têm. Esse pessoal que apregoa livre mercado tem que exercitar o livre mercado. Quem imaginava há dez anos que seria possível vender energia elétrica direto para um consumidor não cativo das distribuidoras de energia?

Mas são necessárias mudanças na tributação.

O ICMS não muda nada. No caso dos impostos federais, o governo teria que se adequar. Mas essa preocupação não tem que ser da Única (União da Indústria de Cana-de Açúcar) nem de ninguém. O governo federal é maduro na cobrança de impostos, ainda mais em combustíveis, que têm grande arrecadação. Os argumentos contrários parecem coisa de quem quer se perpetuar.

Como fiscalizar a qualidade?

O certificado de qualidade hoje já é gerado na usina, que também tem que gerar contraprovas. Não tem nada que impeça a mudança no modelo.

A greve dos caminhoneiros ajudou no convencimento pela mudança?

O Brasil quer fazer revisões das ineficiências. Sem dúvida nenhuma, esse momento de greve mostrou o quão ineficiente é o modelo rodoviário de transporte no país, mostrou o quão ineficiente é o modelo de distribuição de combustíveis. Essa é uma bandeira antiga, que o setor sempre perseguiu. O dono do posto vai ter duas opções. E, no momento em que ele tiver duas opções, o consumidor também vai ter.

A venda direta valeria apenas para bandeira branca ou para postos com bandeiras de distribuidoras?

Poderia ser para qualquer bandeira. O próprio Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] já se manifestou contra essa fidelidade de bandeiras. Tem usina que tem distribuidora e posto, essa verticalidade é positiva? Precisa dar um freio de arrumação para que o mercado tenha mais equilíbrio. Nós queremos o direito de vender. Só. Ponto. Por que eu não posso vender ao posto se ele pode?

Biodiesel fica mais caro e dificulta redução do preço do diesel na bomba

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

A expectativa do governo de baixar o preço do litro do óleo diesel em R\$ 0,46 sofreu mais um revés nesta terça-feira, 19. No início da noite, o biodiesel adicionado ao combustível de origem fóssil na proporção de 10% foi vendido em leilão pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) a um valor 8,5% superior ao da licitação anterior, ocorrida há dois meses.

Agentes do setor que não quiserem se identificar calculam que esse aumento representará um acréscimo de R\$ 0,20 no biodiesel e de R\$ 0,02 no litro do óleo diesel comercializado nas bombas ao consumidor final.

Ontem, a ANP divulgou o levantamento de preços realizado nos postos na semana passada, que revelou que a subvenção do consumo, adotada desde o mês passado, ainda não atingiu o objetivo do acordo firmado com os caminhoneiros para encerrar a greve. Até agora, o desconto médio nos postos ficou limitado a R\$ 0,16.

Gasolina cai nas refinarias e sobe nas bombas dos postos

20/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Preço caiu após queda nas cotações do petróleo, mas não foi repassado ao consumidor

Com alívio nas cotações internacionais do petróleo, o preço da gasolina nas refinarias da Petrobras acumula queda de 9,22% desde o dia 22 de maio, quando atingiu o maior valor desde que a Petrobras começou a anunciar reajustes diários. Nas bombas, porém, ainda não houve repasse.

Nesta terça (19), a estatal vendia o combustível a R\$ 1,8941 por litro, mesmo valor que será praticado na quarta (20).



Preços cobrados em posto BR do Rio de Janeiro no final de maio - Sergio Moraes/Reuters

Em 22 de maio, com as cotações do petróleo em torno de US\$ 80 por barril, a gasolina saía das refinarias da estatal por R\$ 2,0867 por litro.

Nesta terça, a cotação do Brent, tipo de petróleo negociado em Londres e usado como referência pela estatal, fechou em US\$ 75,09 por barril.

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), porém, o preço de bomba da gasolina no país subiu 3,08% entre a semana encerrada em 26 de maio e a semana passada.

Na média, o combustível era vendido no país a R\$ 4,572 por litro na última semana, contra R\$ 4,435 por litro três semanas antes. Nesse meio tempo, chegou a subir a R\$ 4,614 durante a greve dos caminhoneiros, quando os preços dos combustíveis dispararam em resposta à crise de abastecimento.

Os dados da ANP mostram que, entre a semana do dia 26 de maio e a semana passada, houve aumento no preço de venda das distribuidoras "" de R\$ 3,985 para R\$ 4,064 por litro --e nas margens de lucro dos postos-- de R\$ 0,45 para R\$ 0,508 por litro.

Neste último caso, porém, a margem é menor do que a verificada nas duas semanas anteriores, quando os preços dispararam "" na semana encerrada no dia 2 de junho, a margem de lucro dos postos chegou a R\$ 0,621 por litro, de acordo com os dados da ANP.

Preocupação do governo desde o início do ano, a falta de repasses de cortes dos preços dos combustíveis se tornou foco dos órgãos de defesa do consumidor após a concessão de subvenções ao preço do diesel, como parte de acordo para encerrar a greve dos caminhoneiros.

O governo prometeu corte de R\$ 0,46 por litro no preço de bomba, mas até agora a redução média no país é de apenas R\$ 0,15 em relação aos valores vigentes antes da paralisação.

Volks e Ford anunciam parceria para criar linha global de veículos comerciais

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

A alemã Volkswagen e a norte-americana Ford anunciaram na terça-feira, 19, uma “aliança estratégica” global para reforçar a competitividade de ambas. De acordo com comunicado conjunto, as montadoras analisam, entre outras iniciativas, uma união para desenvolver uma linha de veículos comerciais.

Entre as possibilidades estão projetos de novas vans, segmento em que a Volkswagen é forte na Europa, e picapes de grande porte, mercado dominado pela Ford nos Estados Unidos.

As companhias afirmaram que a aliança não envolve aportes financeiros nem troca de ações, mas não deram detalhes. Não há informações também sobre os países em que a parceria poderá ser efetivada. No Brasil, as duas empresas também informaram que detalhes sobre possível impactos no País só poderão ser avaliados futuramente.

Thomas Sedran, diretor de estratégia do grupo Volkswagen, ressaltou que as demandas do mercado e dos clientes estão se modificando a uma velocidade “incrível” e que ambas as empresas já têm posições fortes e complementares em diferentes segmentos de veículos comerciais.

“Para se adaptarem a um ambiente desafiador, é da mais alta importância ganhar flexibilidade por meio de alianças. A potencial colaboração industrial com a Ford é vista como uma oportunidade para melhorar a competitividade global das duas companhias”, afirmou, em nota.

Jim Farley, presidente de Mercados Globais da Ford, disse que a empresa “está empenhada em melhorar nossa qualificação como negócio e alavancar modelos de negócios adaptativos, que incluem trabalhar com parceiros para melhorar nossa efetividade e eficiência”.

Segundo Farley, “essa potencial aliança com o Grupo Volkswagen é mais um exemplo de como podemos nos tornar mais ajustados como negócio, criando ao mesmo tempo um portfólio global de produtos vencedores e expandindo nossas capacidades”.

As duas marcas já estiveram unidas na Autolatina, joint venture que operou no Brasil e na Argentina de 1987 a 1996, mas, nesse caso, é uma parceria mundial que envolve apenas desenvolvimento de produtos.

Várias montadoras anunciaram parcerias nos últimos meses, a maioria relacionadas a projetos de veículos autônomos e elétricos. A mais recente delas, divulgada na semana passada, é entre a General Motors e a Honda para o desenvolvimento de baterias para carros elétricos.

Desafios

Além da mudança global que a indústria automobilística enfrenta diante dos novos desafios da mobilidade, Volkswagen e Ford têm desafios particulares a serem resolvidos por suas matrizes.

A marca alemã lida com ações judiciais em razão de fraudes nos testes de emissões de poluentes por veículos a diesel, caso conhecido como "dieselgate", que resultou em pesadas multas para o grupo, além da prisão, na segunda-feira, 18, do presidente da Audi.

A Ford anunciou recentemente que deve deixar de vender os sedãs Fiesta, Focus e Fusion nos EUA nos próximos anos, movimento que, futuramente, poderá chegar ao Brasil. A intenção é focar em utilitários-esportivos – os chamados SUVs, segmento que mais cresce em vendas globalmente –, e em picapes, para melhorar sua lucratividade.

Nissan eleva uso de aço ultrarresistente em seus carros

20/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 19-06-2018)



Novo Infiniti QX50 já usa 27% de aço ultrarresistente em sua carroceria Metal é mais fino e leve, tem alta resistência, é deformável e pode ser prensado a frio

A **Nissan** está investindo no aumento do uso de **aço ultrarresistente** na construção de seus carros, como forma de reduzir peso e, conseqüentemente, emissões. E no caso, sem elevar demais os custos de produção, porque o tipo de metal utilizado, embora tenha alta resistência à tração, pode ser estampado (prensado) a frio.

A fabricante japonesa de veículos é a primeira no mundo a usar o chamado "aço de alta formabilidade", com resistência à tração de 980 megapascals, mas que não perde a capacidade de se deformar para absorver a energia de colisões e proteger os ocupantes.

O material foi desenvolvido em conjunto pela Nissan, Nippon Steel e Sumitomo Metal. A produção do metal ultrarresistente é resultado da combinação de estampagem e força de prensagem, que possibilita a formação de peças com formas complexas mais finas e leves do que as feitas de aço convencional de alta resistência.

A Nissan já aplica o novo insumo da produção do utilitário esportivo QX50, de sua marca de luxo Infiniti. O modelo começou a ser vendido nos Estados Unidos em março passado e tem 27% de sua carroceria emoldurada com o novo aço ultrarresistente, aplicado em partes da dianteira e traseira.

O SUV é o primeiro veículo do mundo a usar partes de aço resistentes à tração de 980 megapascal. Mas a Nissan informa que planeja expandir o uso do material para a média de 25% das peças de seus veículos, como forma de aumentar a eficiência energética e o desempenho pela via da redução de peso. A montadora lançou neste mês um plano de sustentabilidade que prevê a redução das emissões de CO² de seus novos veículos em 40% até 2022, comparado ao ano fiscal 2000.

CPFL estuda investida no mercado de eletromobilidade

20/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 19-06-2018)

Após concluir amplo estudo sobre carros elétricos, companhia avalia oportunidades de negócio no setor

A aguardada evolução da presença dos **carros elétricos** no Brasil pode criar novas

oportunidades de negócio não só para a indústria automotiva. A CPFL, empresa que gera e distribui energia em quatro estados brasileiros, está dedicada a descobrir possibilidades de atuação no setor de eletromobilidade.

A empresa concluiu amplo estudo sobre o tema, o **projeto Emotive**, que avaliou por cinco anos a performance de modelos eletrificados em condições reais de uso por empresas e pessoas físicas.

Com 16 veículos de várias marcas e 25 postos de recarga, o programa acumulou 450 mil quilômetros rodados, envolveu mil colaboradores e contou com a parceria de uma série de empresas da região de Campinas (SP), como Bosch, Hertz e Graal.



O objetivo do estudo era avaliar o impacto da tecnologia na demanda por energia elétrica no Brasil, entender os hábitos dos clientes quando rodam com estes modelos e dar alguns passos para criar um ecossistema de mobilidade no Brasil que envolva vários elos das iniciativas pública e privada. Com um amplo mapeamento nas mãos, a CPFL pretende agora entender quais modelos de negócio pode desenvolver para participar deste novo mercado.

Ele avalia que, além de investir em geração e distribuição para atender à demanda, a companhia poderá usar a sua experiência no desenvolvimento de sistemas de energia, cobrança por consumo, manutenção e infraestrutura de rede de recarga.

“Poderíamos oferecer estes serviços para terceiros, como postos de abastecimento de carros elétricos, por exemplo”, diz. Sem dar muitos detalhes, ele diz que a empresa está debruçada em entender suas possibilidades neste novo universo. Outro objetivo agora que o levantamento está concluído é contribuir para o desenho de normas e leis que façam sentido para estimular o avanço da mobilidade elétrica.

Carro elétrico tem baixo impacto no consumo de energia no Brasil

20/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 19-06-2018)



Estudo da CPFL aponta que, até 2030, demanda gerada por estes veículos corresponderá a 1,6% do total do País

A CPFL derrubou o mito de que a infraestrutura de energia elétrica brasileira é insuficiente para abrigar uma possível expansão dos emplacamentos de **carros eletrificados**.

A empresa que gera, distribui e vende energia elétrica a 9 milhões de brasileiros apresentou na terça-feira, 19, os resultados do projeto Emotive, provavelmente o maior estudo já realizado para mensurar o impacto da tecnologia teria no setor

elétrico. Iniciado em 2013, o programa coletou dados reais de uso de veículos zero emissão e terminou apenas em 2018 – cinco anos e R\$ 17 milhões de reais em investimentos depois de seu lançamento.

Entre as grandes conclusões da investigação está o fato de que o carro elétrico teria baixo impacto na rede nacional, ainda que fosse adotado em altíssima escala, algo pouco provável. “Se a partir deste ano 100% das vendas forem de modelos com a tecnologia, em 2030 a demanda total desta frota equivaleria a apenas 5,9% do consumo energético do País”, conta Marcos Marques, coordenador técnico do projeto e gerente do CPqD, centro de pesquisa especializado em TI e telecomunicações.

CARRO ELÉTRICO RESPONDERÁ POR 7,6% DAS VENDAS

O cenário realista, diz, é de que o Brasil chegue a 1,18 milhão de carros elétricos até 2030, algo que ainda representaria participação pequena na frota nacional, de 3,8%, inclinada a alcançar total de 50 milhões de veículos neste prazo.

Assim, o volume de modelos eletrificados equivaleria a apenas 7,6% ao total estimado para as vendas anuais. “Essa é a projeção com base nos dados que temos hoje”, esclarece. Segundo as informações apuradas no estudo, o avanço da tecnologia no Brasil será lento, com espaço de sobra para que as geradoras e distribuidoras de energia adequem a oferta.

Rafael Lazzaretti, diretor de estratégia e inovação da companhia, avalia que, neste ritmo, a eletrificação dos carros não impõe nenhum desafio ao qual as empresas de energia já não estejam habituadas.

Ele estima que hoje mesmo a rede teria capacidade para atender a 1 milhão de carros elétricos sem qualquer investimento. “Por causa da crise, temos atualmente folga de 11% na nossa capacidade.

VANTAGENS AMBIENTAIS

De acordo com o levantamento, a tecnologia ampliaria o consumo de energia elétrica do País em entre 0,6% e 1,6% nos próximos 12 anos para atender a entre 4 milhões e 10 milhões de veículos. De quebra a CPFL defende que a adoção da novidade diminuiria de forma expressiva as emissões de dióxido de carbono no país. Ainda que alguns especialistas questionem as vantagens ambientais dos carros elétricos, a companhia sustenta a teoria de que a solução é sim causam mais dano à população que está concentrada ali”, diz Lazzaretti. Ele admite que ainda mais sustentável.

“Ambientalmente estes carros compensam mesmo se a geração de energia foi feita em termoelétrica. Com estes modelos reduzimos as emissões nas grandes cidades, onde elas não há soluções definitivas para o descarte das baterias de íons de lítio, mas lembra que estes materiais devem ter segunda vida em outras aplicações e que a evolução tecnológica deve logo descobrir alternativas ambientalmente amigáveis. “Pesquisamos intensamente o motor a combustão há mais de um século, mas essa investigação só começou com as baterias de íons de lítio há cerca de 20 anos. Vamos chegar lá.”

ENERGIA ELÉTRICA: O COMBUSTÍVEL MAIS BARATO

Pelas contas da CPFL, um veículo elétrico plugado no equipamento de recarga não puxa muito mais energia do que um chuveiro ligado pelo mesmo tempo, dependendo do equipamento. “Em uma residência, por exemplo, é possível fazer o abastecimento em uma tomada comum de 220 volts com pequenos reforços na estrutura elétrica”, estima.

Com tanta discussão acerca do preço dos combustíveis no Brasil, a CPFL aponta que a energia elétrica seria a alternativa mais barata para os deslocamentos. Segundo a empresa, os dados apurados com o projeto Emotive mostram que o quilômetro rodado com um carro elétrico custa R\$ 0,11, valor que sobe para R\$ 0,30 em veículos a combustão.

REDUÇÃO DOS IMPOSTOS, ALTA DAS VENDAS

A CPFL aposta na prometida redução da carga tributária para que as vendas de carros eletrificados cresçam ainda mais rápido no Brasil. A promessa do governo é reduzir o IPI destes veículos dos atuais 25% para entre 7% e 18%, dependendo do tipo de propulsão. Se isso acontecer a companhia estima que o preço destes modelos pode cair até 14%. Há ainda a expectativa de que o Estado de São Paulo reduza o ICMS para estes carros, algo com potencial para diminuir a tabela dos modelos em 6%, calcula a CPFL.

Hyundai troca presidente no Brasil e cria divisões globais

20/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 19-06-2018)



William Lee deixa o Brasil para assumir nova divisão América do Norte (Foto: Luis Prado)

William Lee assumirá comando da América do Norte; substituto na operação brasileira será anunciado semana que vem

Em meio à reorganização em curso de suas operações globais fora da Coreia, a **Hyundai** anunciou na segunda-feira, 18, a criação de novas divisões regionais que causam mudanças na direção da empresa no **Brasil**. Yong-woo Lee, melhor conhecido entre os brasileiros por seu primeiro nome ocidental **William Lee**, vai deixar o comando da operação brasileira, onde está desde 2013. Ele foi nomeado vice-presidente executivo da recém-criada divisão Hyundai Motor North America, que será dirigida por Lee a partir de 2 de julho.

A Hyundai Motor Brasil informa que o substituto de Lee só será conhecido somente na semana que vem. Não se sabe ainda se a operação brasileira será transformada em divisão mais ampla América do Sul, com a indicação de um vice-presidente executivo para dirigi-la, como está ocorrendo em outras regiões sob a nova estratégia global do grupo coreano.

Na segunda-feira foram estabelecidas três novas divisões regionais: além da Hyundai Motor North America Headquarters que será dirigida por Lee, também foram criadas a Hyundai Motor Europe Headquarters e a Hyundai Motor India Headquarters. Segundo a companhia, a reorganização dará maior autonomia às regiões em todos os aspectos, de planejamento de produtos, finanças, manufatura ao marketing e vendas, para responder mais rapidamente às demandas dos clientes e assim garantir o crescimento global da companhia.

No período de cinco anos que passou no Brasil, Lee dirigiu a subsidiária da Hyundai que registrou o maior crescimento porcentual de vendas entre todas as operações da companhia no mundo, com 202 mil carros vendidos em 2017 e 81 mil nos primeiros

cinco meses deste ano, que garante a marca coreana entre as cinco maiores do País. Agora Lee assumirá divisão bem maior, que inclui as unidades comerciais da Hyundai nos Estados Unidos, no Canadá e México, além de uma fábrica no Alabama.

Na Europa, a divisão já existente HME vai expandir suas atribuições para além da representação comercial nos países da região. A Hyundai Motor Europe Headquarters também terá sob seu guarda-chuva duas fábricas, uma própria na República Tcheca e outra na Turquia, onde mantém a joint venture Hyundai Assan Otomotiv Sanayi Ve Ticaret (HAOS). Dong-woo Choi, que atualmente é chefe de operações europeias sediado na matriz em Seul, foi promovido a vice-presidente executivo da nova divisão.

Hyung-cheong Kim, que dirigia a Hyundai Motor Europe (HME), será agora vice-presidente executivo da Divisão de Operações Globais, em Seul, onde serão centralizados os resultados das unidades fora do país de origem do grupo.

A companhia também criou uma divisão com maior independência na Índia para acelerar seu crescimento no país. O atual diretor geral da Hyundai Motor India, Young-key Koo, permanece no posto, agora como vice-presidente executivo.

Compra e venda de aço pela rede de distribuição caem 3% em maio, diz Inda

20/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 19-06-2018)

As compras de aço da rede de distribuição nas siderúrgicas em maio caíram 3% em relação ao mesmo período do ano passado, para 224,4 mil toneladas, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira, 19, pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Em relação ao mês de abril houve um recuo de 15%, sendo uma das causas os efeitos da greve dos caminhoneiros.

Esse levantamento inclui chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, chapas zincadas a quente, chapas eletro galvanizadas, chapas pré-pintadas e galvalume.

Já as vendas de aço plano no mês passado caíram 15,8% na relação anual, para 203 mil toneladas. No comparativo mensal o recuo foi de 9,8%.

Com esse desempenho, os estoques da rede subiram 2,3%, somando 947,3 mil toneladas. O giro de estoques subiu e foi a 4,7 meses.

As importações dos distribuidores caíram 1,2% em maio ante o mesmo mês do ano anterior, para 110,5 mil toneladas. Em relação a abril as importações subiram 13,2%.

Para junho, a projeção da entidade é de que tanto as compras como as vendas subam cerca de 15% ante maio.

Greve

A greve dos caminhoneiros em maio cristalizou uma reversão das expectativas no País, disse o presidente do Inda, Carlos Loureiro. Para a rede de distribuição, as vendas em maio foram bastante afetadas e o número do mês só não foi pior, segundo o executivo, porque o ritmo de vendas vinha aquecido antes da greve.

A venda por dia útil da rede de distribuição foi de 9,2 mil toneladas em maio, o pior desempenho desde dezembro de 2015, quando foi de 8,6 mil toneladas.

Outro efeito da greve, citou, foi o aumento dos estoques, com o giro para as vendas subindo para 4,7 meses. O único produto em que os estoques não estão elevados é o zincado.

Projeções

O Inda não deverá revisar sua estimativa para crescimento das vendas do aço em 2018 em relação ao ano passado, de 5%, por conta da greve dos caminhoneiros e a atual conjuntura. "A projeção é de crescimento do setor automotivo e do setor agrícola. Com um PIB de 1,5% é possível manter a projeção", afirmou Loureiro.

Preços

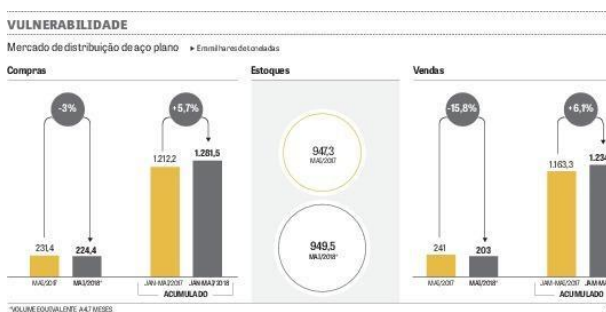
Considerando o atual nível de preços do dólar em relação ao real e os valores do aço no mercado internacional, pode haver espaço para uma nova rodada de aumento de preços pelas siderúrgicas brasileiras, afirmou o presidente do Inda. Os preços no mercado doméstico, neste momento, estão mais baixos do que os vistos no mercado externo.

O desconto dos preços é visto mesmo após os aumentos implementados pelas siderúrgicas, que foram de 10% a 12%, dependendo do produto, disse o executivo. Os ajustes, programados para o início de junho, foram em alguns casos postergados, tendo em vista os atrasos dos embarques provocados pela greve dos caminhoneiros.

Rede de aços planos perde fôlego e demonstra fragilidade da indústria

20/06/2018 – Fonte: DCI (publicado em 19-06-2018)

Mercado da distribuição, que fornece para todos os setores industriais, sentiu os impactos da greve dos caminhoneiros, frustrando a expectativa de revisão de alta do crescimento para 2018



O fraco desempenho da distribuição de aços planos demonstra a fragilidade da atividade industrial no Brasil. As vendas pela rede despencaram em maio diante da crise de abastecimento causada pela greve dos caminhoneiros.

"A paralisação criou uma reversão de expectativa. Muito do que deveria ser feito não será realizado. Vemos um desânimo no restante do ano, com o setor já à espera de 2019, sendo que ainda estamos no meio de 2018", declarou o presidente executivo do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Jorge Loureiro, em coletiva de imprensa.

A entidade apresentou nesta terça-feira (19) os resultados do mês de maio. As vendas tiveram queda de 9,85% em comparação ao mês de abril e de 15,8% ante igual período de 2017. Para junho, a expectativa é de alta de 15%. "Essa recuperação vai se dar sobre uma base fraca", ressalta Loureiro.

Apesar do impacto da paralisação, ocorrida nas duas últimas semanas de maio, o Inda não deve rever a expectativa de crescimento anual. "Esperávamos um reajuste para cima, mas agora vamos manter a projeção inicial de alta de 5%", explica Loureiro.

Para ele, esse crescimento deve ser sustentado especialmente pelo setor automotivo. "Aposto em um crescimento de PIB do País de no máximo 1,5%. Mas vejo a indústria crescer de 4% a 5%, com o automotivo atingindo 15%."

Aumento de preços

Outro efeito da greve foi postergar aumentos de preços, inicialmente programados pelas siderúrgicas para o início de junho, em razão dos atrasos dos embarques. Loureiro avalia que a atual conjuntura de preços internacionais e dólar em alta podem ocasionar mais uma rodada de aumentos até o final do ano. "Olhando pela cotação do aço importado, o valor doméstico tinha que ser ainda mais alto. Se for mantido esse cenário do mercado mundial e o dólar em US\$ 3,70, cabe mais um aumento."

Porém, o presidente executivo do Inda também vê uma disputa entre as usinas sobre a implementação desses reajustes. "É preciso haver certa disciplina. O que vemos são brigas em relação aos preços."

Para o analista da Tendências Consultoria, Felipe Beraldi, a expectativa é que os preços domésticos do aço registrem avanços entre o 2º e 3º trimestre, principalmente pelos efeitos da desvalorização recente do real frente ao dólar. "As incertezas políticas, especialmente as associadas ao desenrolar das eleições no Brasil, devem continuar impondo volatilidade elevada da taxa de câmbio no curto prazo."

Beraldi acredita que, apesar dos efeitos da greve, ainda há fatores que devem sustentar os principais segmentos demandantes de aços planos, o automotivo e o de bens de capital.

"Cito os impactos positivos do ciclo de queda das taxas de juros e o avanço do crédito como principais causas. Já para aços longos, o cenário para o consumo no curto prazo continua relativamente mais pessimista, haja vista a fraqueza do mercado imobiliário no País como um todo e a paralisação do andamento da agenda de infraestrutura do governo federal, devido às incertezas no campo político", assinala.

ArcelorMittal anuncia investimento de R\$ 107 mi para ampliar produção de aço para pneus em MG

20/06/2018 – Fonte: DCI (publicado em 19-06-2018)

Aporte será aplicado pela Belgo-Mineira Bekaert Artefatos de Arame (BMB)



Usina de aço da siderúrgica ArcelorMittal em Fos-sur-Mer, perto de Marselha, na França

A ArcelorMittal anunciou nesta quarta-feira investimento de 107 milhões de reais nos próximos três anos para aumentar capacidade de produção de um tipo de aço voltado para reforço da estrutura de pneus de carros e caminhões e fabricado por unidade da empresa em Itaúna (MG).

O investimento será aplicado pela Belgo-Mineira Bekaert Artefatos de Arame (BMB) para elevar em 35 por cento a capacidade de produção de cordas de aço (steel cord) da fábrica, afirmou a ArcelorMittal, que detém participação majoritária na empresa.

Além da infraestrutura, os recursos serão usados em instalação de uma nova linha de latonagem (cobertura do arame com camada de latão), máquinas de trefilação e cablagem.

"A estratégia de expansão tem o objetivo de fortalecer a nossa posição de liderança no segmento e ampliar a atuação da companhia no mercado latino-americano", disse o presidente da Belgo Bekaert, Ricardo Garcia, em comunicado.

A expectativa é que as obras de ampliação comecem no início do segundo semestre. Bekaert e ArcelorMittal operam atualmente dez fábricas no Brasil, por meio de parcerias, nas quais o grupo siderúrgico detém participação majoritária.

As vendas de veículos no Brasil neste atravessam forte alta, se recuperando após quatro anos seguidos de queda. De janeiro a maio, os licenciamentos de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus novos no país acumulam crescimento de 17 por cento e a produção tem alta de 12 por cento sobre o mesmo período do ano passado, segundo dados da associação de montadoras, Anfavea.

Cobre opera em baixa, ampliando perdas recentes com tensão comercial

20/06/2018 – Fonte: Isto É

Os futuros de cobre operam em baixa em Londres e Nova York, ampliando as fortes perdas que acumularam ao longo da última semana em meio à escalada das tensões comerciais entre EUA e China.

Por volta das 7h40 (de Brasília), o cobre para entrega em três meses negociado na London Metal Exchange (LME) recuava 0,15%, a US\$ 6.815,50 por tonelada.

Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para julho caía 0,18%, a US\$ 3,0415 por libra-peso, às 8h08 (de Brasília).

O índice DXY do dólar mostra tendência de alta nos negócios da manhã, alargando ganhos recentes e pressionando o cobre, que fica menos atraente para operadores que utilizam outras moedas.

No mercado inglês, o cobre acumula perdas de quase 6% na última semana, revertendo fortes ganhos a máximas em quase quatro anos que exibiu mais no começo de junho.

Desde o início da semana, o cobre está pressionado pelos desdobramentos da rixa comercial entre Washington e Pequim. Na segunda-feira, o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou tarifar mais US\$ 200 bilhões em produtos chineses e, em resposta, a China anunciou que estava preparada para defender seus interesses e adotar amplas medidas retaliatórias.

Entre outros metais na LME, não havia direção única: o zinco subia 0,22% no horário indicado acima, a US\$ 3.008,50 por tonelada, o alumínio cedia 0,09%, a US\$ 2.177,00 por tonelada, o estanho avançava 0,32%, a US\$ 20.470,00 por tonelada, o níquel ganhava 0,68%, a US\$ 14.820,00 por tonelada, e o chumbo tinha baixa de 0,14%, a US\$ 2.413,50 por tonelada.